

A Inserção Externa do Brasil e a Integração Sul-Americana

A dimensão político-institucional do Mercosul



Giulia Ribeiro Barão¹ & Luis Augusto Estrella Faria (Orientador)²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

¹Bolsista de Iniciação Científica CNPq, graduanda de Relações Internacionais,
(giulia.barao@gmail.com)

²Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Rua Duque de Caxias, 1691, Porto Alegre - RS



Introdução

A segunda década do Mercosul é marcada pelo surgimento do *Mercosul político*. Esta pesquisa pretende, portanto, analisar a integração no Cone Sul desde que ultrapassando o âmbito econômico-comercial. A análise foi motivada pela observação de três pilares de acontecimentos que se relacionam com o âmbito político-institucional do Mercosul: primeiro, a chamada *guinada à esquerda* na América Latina; a partir dos governos de Néstor Carlos Kirchner, Argentina (2003); Luís Inácio Lula da Silva, Brasil (2003); Fernando Lugo, Paraguai (2008, já havendo com o presidente anterior, Nicanor Duarte Frutos, ainda que do Partido Colorado, uma inflexão à esquerda em algumas temáticas) e Tabaré Vázquez, Uruguai (2005). A importância dessa inflexão política é que o discurso desses governos tende a colocar a integração político-social como uma condição à econômico-comercial. Em segundo lugar, pela análise formal do Mercosul podemos identificar uma crescente institucionalização, tanto no âmbito normativo (número de comunicados, decisões, diretivas, recomendações, resoluções e tratados), quanto no formal, com a criação de novos órgãos. Finalmente, a partir de 2003, a temática das assimetrias regionais passa a fazer parte dos discursos presidenciais e das discussões no âmbito do Mercosul, o que representa uma preocupação político-social tratada com pouca atenção no Tratado de Assunção, por meio dos princípios de reciprocidade e equilíbrio.

Objetivos

1) Analisar o a evolução político-institucional do Mercosul, num viés comparativo entre o aprofundamento institucional e as medidas tomadas pelos Estados-membros em detrimento do processo integracionista. Responder às questões: houve um aprofundamento da Integração ou os interesses partilhados (presentes no Tratado de Assunção) são apenas retórica que esbarra nos interesses nacionais? Nessa análise se destaca a inserção do combate às assimetrias na agenda do Mercosul (vista na Teoria Institucionalista - Nye, 2002 - como um dos aspectos a ser combatidos para efetivar a integração regional), que pode significar uma inflexão de comportamento dos Estados-membros, e as políticas tomadas desde então.

2) Fundamentar empiricamente o aprofundamento político-institucional da integração e explicá-lo, procurando estabelecer, se houver, a influência da “guinada à esquerda”, observada a partir de 2003 (mesmo ano que o combate às assimetrias passa a ter maior

Metodologia

1) Levantamento do atual grau de institucionalização do Mercosul - órgãos e normativa, por meio das páginas eletrônicas da Secretaria do Mercosul.

2) Levantamento da tendência comportamental dos governos dos Estados-membros, a partir de um *clipping* de notícias de 1991 a 2010, a fim de identificar questões de conflito entre eles e como foram tratadas (se unilateralmente ou no âmbito regional), e também se há diferença de posicionamento estatal diante da integração no período anterior e posterior a 2003. Esta segunda análise também tem como base a leitura de artigos, teses e livros sobre a Política Externa dos governos dos Estados-membros desde o início do funcionamento do Mercosul.

Base Teórica

- 1) Teoria Institucionalista das Relações Internacionais, sob as perspectivas de Robert Keohane e Joseph Nye.
- 2) Teoria Realista das Relações Internacionais

Hipóteses

1) O processo integracionista sofreu um aprofundamento institucional, visível na normativa e na configuração de novos órgãos. Contudo, permanece uma tendência nacionalista na região, de modo que, os Estados-membros costumam deixar em segundo plano os interesses de longo-prazo da Integração* em defesa de objetivos nacionais de curto ou médio prazo.

* Interesses da Integração, contidos no Tratado de Assunção acrescidos do combate às assimetrias.

2) Tanto os governantes de partidos de esquerda quanto os mais à direita no espectro político vêm o Mercosul como um mecanismo de consecução de interesses nacionais. A maior diferença entre ambas as linhas está na forma como o Mercosul deveria servir a tais interesses. A primeira se orienta na formação de um *Mercosul político*, a segunda, um Mercosul enxuto, de caráter meramente econômico-comercial. Mesmo com tais diferenças ideológicas, se destaca uma continuidade de uma cultura política nacionalista.

Considerações Preliminares

O aprofundamento institucional só tem efetividade se vem acompanhado de uma vontade política em colocá-lo em prática. Caso contrário, os acordos tornam-se *dead-letters*. O Mercosul carece de mecanismos de criação de interesses partilhados ou de percepções de que os interesses da integração são no longo-prazo um meio de obtenção de interesses nacionais.

Referências

KEOHANE, Robert O. and MARTIN, L. Lisa, 1995. *The Promise of Institutional Theory*, International Security 20(1): 39-51.

MALLMAN, Maria Izabel. *Análise Institucionalista da Integração sul-americana*. Civitas, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 11-22, jan.-abr. 2010.

NYE, Joseph. Peace in parts: integration and conflict in regional organization. Boston: Little, Brown, 1971.